



Implantação de Biblioteca Comunitária: um instrumento sociopolítico em prol do desenvolvimento cidadão

Implementation of Community Library: a sociopolitical instrument for citizen development

Implementación de Biblioteca Comunitaria: un instrumento sociopolítico para el desarrollo ciudadano

José Lucas Matias de Eça¹



<https://orcid.org/0000-0001-5848-2100>

Marlúbia Corrêa de Paula²



<https://orcid.org/0000-0002-3646-8700>

Resumo: Este artigo objetiva apresentar um relato de experiência que buscou diminuir as desigualdades no acesso à leitura por meio das Estantes Literárias, fundamentado na metodologia da Pedagogia de Projetos de Pesquisa, em uma cidade do interior da Bahia, especialmente para o público infanto-juvenil. No desenvolvimento desse projeto, foi possível perceber o envolvimento de cinco discentes do curso de engenharia desde as primeiras ações de constituição da Biblioteca Comunitária. Desse modo, essa biblioteca mostrou-se um instrumento sociopolítico no desenvolvimento cidadão dos participantes envolvidos.

Palavras-chave: Estante literária. Política social. Democratização da leitura.

Abstract: This article aims to present an experience report that sought to reduce inequalities in access to reading through Literary Bookshelves, based on Pedagogy of Research Projects' methodology, in a city in the interior of Bahia, especially for children and adolescents. In the development of this project, it was possible to perceive the involvement of five students of the engineering course since the first actions of the Community Library constitution. Thus, this library proved to be a sociopolitical instrument in the citizen development of the participants involved.

Keywords: Literary Bookshelf. Social policy. Democratization of reading.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar un relato de experiencia que buscó reducir las desigualdades en el acceso a la lectura a través de Estanterías Literarias, con base en la metodología de la Pedagogía de Proyectos de Investigación, en una ciudad del interior de Bahía, especialmente para niños y jóvenes. En el desarrollo de este proyecto, fue posible percibir el involucramiento de cinco estudiantes del curso de

¹ Mestre em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Coordenador pedagógico da Rede Municipal de Cairu – BA. E-mail: lucasceft@hotmail.com

² Doutorado e Mestrado em Educação em Ciências e Matemática pela Pontifícia Universidade Católica do RS (PUCRS). E-mail: mcpaula@uesc.br

ingeniería desde las primeras acciones de constitución de la Biblioteca Comunitaria. Así, esta biblioteca demostró ser un instrumento sociopolítico en el desarrollo ciudadano de los participantes involucrados.

Palabras-clave: Estantería literaria. Política social. Democratización de la lectura.

Introdução

As condições socioeconômicas que se agravaram consideravelmente devido aos impactos severos do momento pandêmico provocado pelo vírus SARS-CoV-2 (COVID-19) também afetaram a prática da leitura, uma vez que a associação entre a leitura e os aspectos econômicos demarcam uma limitação no acesso à literatura (SANTOS; PINHO, 2019), o que, certamente, pode permitir uma abertura ainda mais latente para as injustiças sociais produzidas pela condição desigual de obtenção de informações.

Tal condição alimenta o outro lado do sistema, composto pela classe hegemônica privilegiada, que possui no contexto histórico facilidades quanto à obtenção de informação, à leitura e à cultura (SANTOS; PINHO, 2019). Apesar disso, salienta-se que a informação não deveria estar, ainda, a serviço apenas de uma parcela da sociedade. Esse desafio, que é histórico, perpassa por ações conjuntas dos diferentes setores da sociedade em prol de uma melhor democratização dos livros, leituras e informações (CASTRILLÓN, 2011).

Além de reconhecer essa situação, é necessário agir de forma que ações locais possam mobilizar comunidades, atraindo sua atenção e possibilitando o desenvolvimento do hábito de leitura por projetos políticos que incorporem a “[...] convicção de que ler e escrever é um direito dos cidadãos, direito que devemos fazer cumprir e que, por sua vez, implica um dever e um compromisso de muitos” (CASTRILLÓN, 2011, p. 15).

Observa-se, dentro desse universo, que Taperoá-BA não possui um programa de incentivo à leitura (BAHIA, 2015). Essa observação se transformou em uma preocupação maior com a transição, entre 2008 e 2009, da Biblioteca Poeta Oscar Pinheiro (que continha mais de 5.000 exemplares) para a Biblioteca Pública Municipal Maria Tereza Passos Araújo, que utilizou outro acervo incomparavelmente menor, inclusive servindo de espaço para outras atividades, como uma brinquedoteca, dividindo, assim, a função de Biblioteca com ações de outra natureza de cunho educativo.

A fim de diminuir esse impacto no acesso à leitura, foi criado um projeto no município – imbuído de política social – que fomenta a prática da leitura, construído e mantido pela comunidade

civil, intitulado de *Gelaterácia*³, cujo objetivo fulcral é enfrentar a falta de acesso à leitura no município de Taperoá-BA, disseminando e facilitando a obtenção da informação (EÇA; DE PAULA, 2021).

Visa-se, assim, construir possibilidades para o ato da leitura em um território que não possui acesso democrático aos livros. Essa iniciativa, assim como a que está se propondo aqui, se manifestou pelo interesse civil, desarticulado, *a priori*, do poder público, aproximando-se do conceito de Biblioteca Comunitária – BC⁴ (MACHADO, 2008), pois configura-se como um movimento político-social de engajamento ao incentivo à prática da leitura. De acordo com Jesus (2007, p. 2):

A implantação de bibliotecas comunitárias visa minimizar as diferenças culturais, raciais, econômicas e educacionais. Para isso elas deverão ser munidas de acervo bibliográfico e documental, considerando a cultura e os costumes nos quais está inserida, possibilitando ao seu usuário o livre e gratuito acesso à informação.

Convém destacar que a BC possui pressupostos teóricos aliados ao conceito de Biblioteca Pública (BP), mas que as distinguem-se por cinco principais especificidades, a saber:

1. A forma de constituição: são bibliotecas criadas efetivamente pela e não para a comunidade, como resultado de uma ação cultural;
2. A perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social;
3. O processo de articulação local e o forte vínculo com a comunidade;
4. A referência espacial: em geral, estão localizadas em regiões periféricas;
5. O fato de não serem instituições governamentais ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federações (MACHADO, 2008, p. 60-61).

No entanto, o projeto *Gelaterácia*, embora também seja uma BC, não possui uma diversidade literária voltada para o público infanto-juvenil, lacuna que o presente trabalho buscou preencher. Dessa forma, ao considerar esses apontamentos, o relato de experiência aqui apresentado tem por objetivo discorrer sobre o projeto político inclusivo, que visa diminuir as desigualdades no acesso à leitura por meio das Estantes Literárias, fundamentado na metodologia da Pedagogia de Projetos de Pesquisa, para todo o público de uma cidade no interior da Bahia, especialmente para o público infanto-juvenil. A escolha pela estante, construída de caixotes de madeira, se deu pelo viés sustentável que esta representa.

A utilização da metodologia de projetos ocorre por meio da valorização das práticas coletivas e individuais, potencializadas nessa perspectiva, em prol de um interesse coletivo, que, inclusive, são conduzidas de modo prazeroso por todos os atores envolvidos (FREITAS, 2003). Sobremodo, busca-

³ Projeto, fruto de um movimento social, que surgiu em colaboração entre agentes da comunidade civil taperoense, que representa “[...] a junção entre dois termos: ‘gela’ (advindo do prefixo da palavra geladeira) e ‘literácia’ (advindo do termo literacia)” (EÇA; DE PAULA, 2021, p. 3).

⁴ De acordo com Machado (2008, p. 50), as BC são ambientes que “[...] podem atuar como um espaço estratégico para implantação de políticas públicas de inclusão social e cultural”.

se, fundamentados nessa linha, realizar uma prática pedagógica que se aproxime dos fatores sociais os quais fazem parte da realidade dos envolvidos.

Para tanto, “[...] são necessárias mudanças que valorizem o trabalho coletivo, ações conjuntas que propiciem o desenvolvimento de atividades, viabilizem o espírito participativo e comprometido de educandos e educadores” (FREITAS, 2003, p. 19). Assim, é necessário efetivar uma prática pedagógica e significativa numa perspectiva emancipatória – razões que coadunam com a intenção deste trabalho, justificando, assim, a escolha metodológica.

Ao buscar elementos para subsidiar um caminho para atingir o objetivo proposto, o texto é constituído a partir desta parte introdutória, em que é apresentada a justificativa para a realização do projeto. Na sequência, discorre-se, no tópico sobre analfabetismo no Brasil, acerca dos dados estatísticos que explicitam a dificuldade de acessos populacionais não só à leitura, de forma geral, como também à informação. Na continuidade, apresentam-se os aspectos referentes à importância da prática e ampliação da leitura, considerando-os ferramentas político-sociais, seguidos do conceito que se adotou para BC neste trabalho. Posteriormente, versa-se a respeito da metodologia, fundamentada na Pedagogia de Projetos, que pormenoriza as ações realizadas no projeto, descrevendo, entre outras coisas, os aspectos que deram origem ao mesmo. Por fim, descrevem-se as ações que caracterizaram a implantação do projeto e as considerações finais.

Analfabetismo no Brasil

Reconhece-se a necessidade de ampliar os mecanismos de disponibilização mais democrática e igualitária ao livro e à leitura, mesmo sabendo que esse empenho ganhou outros significados com a velocidade de divulgação, quase que instantânea, da cultura digital nas últimas décadas. Essa propagação de informação, viabilizada pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) está, notadamente, contribuindo para a difusão das informações e amenizando as mazelas erguidas pela desigualdade (MACHADO, 2008). Isso pode ser corroborado pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD-Contínua (IBGE, 2012).

A PNAD (IBGE, 2012) revela que, mesmo havendo um crescimento na utilização da *internet* pelos brasileiros, subindo de 74,9% para 79,1% na transição de 2017 para 2018, tendo o celular como principal aparelho utilizado, encontrado em 99,2% dos domicílios, o contato com as informações é promovido de maneira desigual. Outro fator a ser considerado é que o acesso medido por esta pesquisa está vinculado a uma quantidade mínima por trimestre, o que pode aparentar, em uma leitura rápida, a ideia de aumento do uso de computadores, celulares e *internet* pela população. E, ainda, é preciso levar em conta que, para o Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBCT), é considerado usuário, para fins de levantamento, toda pessoa que tenha ao menos um acesso à *internet* num período

de três meses. Desse modo, o nível de desigualdade no acesso às informações, provocado pelo desequilíbrio de distribuição de renda no país, precisa ser revisto. Afinal,

[...] uma sociedade cujo acesso aos bens materiais é desigual e restrito a uma pequena parcela de cidadãos privilegiados, e se sustenta, também, nessa condição de diferenças pelo cerceamento cultural a uma parte desprivilegiada da sociedade, e pelo controle de acesso a tudo o que pode produzir consciência, visão crítica da realidade de excluídos dos bens materiais e não materiais (SANTOS; PINHO, 2019, p. 159).

Aliados a essa perspectiva, os dados do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH⁵ do Brasil em 2020 indicam que o desenvolvimento nas três dimensões (saúde, renda e educação), que compõem esse estudo, não melhoraram. Por mais que tenha ocorrido um acréscimo de 0,003 milésimos em relação à última análise, o Brasil regrediu cinco posições no *ranking* divulgado pelo Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, saltando da 79ª posição para a 84ª em um universo de 189 países. Esses dados corroboram o cenário de desigualdade que assola a sociedade brasileira, em especial o que se refere às desigualdades socioeconômicas.

Outro fator que merece destaque nessa conjuntura é a taxa de analfabetismo no país, que, segundo os resultados da 10ª edição da pesquisa idealizada pela ONG Ação Educativa e o Instituto Paulo Montenegro, realizado com a contribuição do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), intitulado Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), se mostra inquietante. A tabela I a seguir, expõe os dados referentes aos níveis⁶ de alfabetismo da população brasileira entre 15 e 64 anos durante esse século, ratificando uma apreensão preocupante.

Tabela I – Proficiência média por nível de Analfabetismo

Nível	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2007	2009	2011	2015	2018
Base	2000	2000	2001	2002	2002	2002	2002	2002	2002
Analfabeto	12%	13%	12%	11%	9%	7%	6%	4%	8%
Rudimentar	27%	26%	26%	26%	25%	20%	21%	23%	22%
Elementar	28%	29%	30%	31%	32%	35%	37%	42%	34%
Intermediário	20%	21%	21%	21%	21%	27%	25%	23%	25%
Proficiente	12%	12%	12%	13%	13%	11%	11%	8%	12%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Analfabeto Funcional	39%	39%	37%	37%	34%	27%	27%	27%	29%
Funcionalmente Alfabetizado	61%	61%	63%	63%	66%	73%	73%	73%	71%

Fonte: INAF (2018).

⁵ Disponível em: encurtador.com.br/bpuDH. Acesso em: 30 jan. 2021.

⁶ De acordo com a escala do INAF (2018), existem dois grupos de analfabetismo constituídos por seus respectivos níveis: analfabetos funcionais (analfabeto e rudimentar) e os funcionalmente alfabetizados (elementar, intermediário e proficiente).

É possível observar, a partir da interpretação dos dados, que, no decurso de 17 anos (2001-2018), existe uma regressão de 39% para 29% referente ao grupo de pessoas ‘Analfabetos Funcionais’⁷, enquanto é notabilizada uma progressão de 61% para 71% em relação ao grupo de pessoas ‘Funcionalmente Alfabetizadas’ no mesmo período. Esse parece um tímido avanço para um país que almeja erradicar o analfabetismo e reduzir à metade a taxa de analfabetismo funcional prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, em sua Meta 9⁸, até 2024. Com efeito, os dados expressos na pesquisa do INAF (2018, p. 8):

[...] evidenciam, cada vez mais, a necessidade de implementar e fortalecer estratégias que combinem políticas públicas e iniciativas da sociedade civil capazes de assegurar a incorporação de crescentes parcelas de brasileiros à cultura letrada, à sociedade da informação, à cidadania plena, à participação social e política e ao leque de oportunidades de trabalho digno, responsável e criativo.

Outros índices⁹ que convergem e endossam esse preocupante quadro no Brasil são apresentados na pesquisa de 2019 da PNAD Contínua, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses dados indicam que, mesmo havendo um pequeno avanço de 0,2% na taxa de analfabetismo comparado ao ano anterior, 2018, o que representa cerca de 200 mil pessoas, existem mais de 11 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais no país (o que equivale a 6,6%), tendo a Região Nordeste com o maior percentual (13,9%) de pessoas que não conseguem ler ou escrever ao menos um simples bilhete, gênero textual utilizado como parâmetro pelo IBGE (IBGE, 2012).

Desse modo, surgem inquietações que permeiam as camadas da sociedade civil tais como: de que modo é possível combater esse contexto se os índices estão apontando em direções opostas? Que sociedade nos espera daqui a alguns anos se não forem realizadas ações para modificar esse quadro? Essas e outras preocupações precisam ser refletidas e debatidas pela/com a comunidade civil, a fim de que seja possível buscar alternativas alinhadas ao objetivo de “[...] assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos¹⁰”. Esse é um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que a Organização das Nações Unidas (ONU) propõe alcançar até o ano de 2030.

⁷ Segundo o INAF (2018), é considerada analfabeto funcional a pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever algo simples, não tem as competências necessárias para satisfazer as demandas do seu dia a dia e viabilizar o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

⁸ Pretende “elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional” (BRASIL, 2014).

⁹ Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em: 30 dez. 2020.

¹⁰ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html>. Acesso em: 28 dez. 2020.

Na próxima seção será abordado a necessidade da leitura e a sua importância no contexto contemporâneo.

Leitura: a importância e a necessidade de sua ampliação

O direito de acesso à leitura, elemento fundamental para a democracia, ainda não é legitimado pelo Poder Público com isonomia perante, principalmente, aqueles cidadãos pertencentes às classes sociais mais vulneráveis economicamente (HORTA; ROCHA, 2017). Para que isso ocorra, é necessário, antes, estabelecer “[...] mudanças de ordem econômica, política e social que garantam maior igualdade na distribuição da riqueza e dos avanços do desenvolvimento” (CASTRILLÓN, 2011, p. 27). Os aspectos socioeconômicos de uma localidade e a prática da leitura dos sujeitos estão intimamente ligados (FREIRE, 1989).

A vertente mercantilista do conhecimento pode agravar ainda mais o acesso à leitura se a reforma tributária¹¹, prevista no Projeto de Lei – PL nº 2.148/2020, que visa taxar o livro em 12% for aprovada (BRASIL, 2020). Vale, na oportunidade, ressaltar que a Lei nº 10.865/04 garante isenção tributária do COFINS e PIS/Pasep nos trâmites comerciais referentes ao livro; efeitos esses que visivelmente impactam o acesso ao livro para as classes menos favorecidas (BRASIL, 2004).

O direito à leitura, assegurado hoje a qualquer cidadão, representa uma conquista histórica que nem sempre foi acessível e permitido a todos, ao contrário, por séculos foi restrito/limitado aos nobres, filósofos, aristocratas e às funções eclesiásticas (BRITO, 2010). Convém, aliás, ressaltar que a leitura em determinados períodos históricos foi e ainda é utilizada como instrumento de poder, principalmente quando esferas institucionais da sociedade definem o que é permitido ler, como fizeram, por exemplo, o Estado e a própria Igreja (SANTOS; PINHO, 2019).

A função da leitura – nessa dinamicidade contemporânea – exige do cidadão um diálogo interpretativo permanente com a realidade do mundo (SANTOS; PINHO, 2019; MACHADO, 2009). Nessa mesma linha de raciocínio, Jesus (2007, p. 2) contribui afirmando que uma das facetas desse instrumento é promover a “[...] formação do indivíduo, o acesso equitativo à informação [que] possibilita, também, o resgate da cidadania, a autoestima e a integração social, desenvolvendo um olhar crítico e uma sociedade consciente”.

Ler, trata-se, pois, de uma importante ferramenta político-social que permite o “[...] empoderamento do sujeito enquanto cidadão, que vai se construindo e conquistando autonomia e emancipação”, para ser usada, inclusive, na luta pelos direitos humanos e na defesa da opressão do

¹¹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/11/reforma-tributaria-pode-fazer-livro-ficar-mais-caro>. Acesso em: 23 dez. 2020.

poder hegemônico vigente (SANTOS; PINHO, 2019, p. 165). Endossando tal perspectiva, Freire (1989, p. 9) alude que o ato de ler “[...] se antecipa e se alonga na inteligência do mundo” e está além de apenas decodificar informações linguísticas, representa um exercício da cidadania de natureza política que engloba a construção da autonomia e da liberdade humana.

Para Freire (1989, p. 9), “[...] a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, ou seja, de acordo com o autor antes de o sujeito ler – ‘não da leitura de palavras e de sua escrita em si próprias’ –, ele estabelece uma leitura de mundo, constituído pelas relações dinâmicas que o mesmo desenvolve com o seu meio social. É justamente nessa aproximação dialógica e indicotomizável entre o texto e o contexto que se constitui uma alfabetização crítica.

Ao passo que o hábito da leitura se configura como uma prática social pelo leitor, sua capacidade de compreender e interagir de modo crítico com o mundo se transforma gradativamente (BRITO, 2010). Comungando com esse pensamento, Toigo e Kohlrausch (2020, p. 215) afirmam que “[...] a literatura é fator indispensável para a humanização do sujeito”.

Por um lado, a leitura por si só não promove mudanças individuais, tampouco resulta em transformação social, política ou econômica. Apesar disso, quanto mais letrado se torna o sujeito, mais condições ele tem de arguir, questionar, reinventar, agir e interagir com sua realidade (TOIGO; KOHLRAUSCH, 2020).

Dialogando no mesmo sentido, Freitas (2003, p. 21) afirma que assumir uma prática, em sala de aula, sob as vertentes que fundamentam a metodologia de projetos, pressupõe o alinhamento com os objetivos da própria metodologia, a saber:

Possibilitar a interação do aluno no processo de construção do conhecimento; viabilizar a aprendizagem real, significativa, ativa e interessante; Trabalhar o conteúdo conceitual de forma procedimental e atitudinal; Proporcionar ao aluno uma visão globalizada da realidade e um desejo contínuo de aprendizagem.

Não obstante, sugere-se pensar que “[...] uma sociedade que não lê, sobretudo com autonomia, com reflexão e criticidade, dificilmente vai conseguir enxergar sua realidade e o que precisa ser transformado para melhorar as condições de vida coletiva” (SANTOS; PINHO, 2019, p. 159). Assim, a prática da leitura – sozinha e isolada – não garante de modo absoluto a transformação social, mas negar sua realização tampouco contribui, ao contrário retarda esse potencial humano (CASTRILLÓN, 2011).

Tornar a leitura acessível a todos é uma ação politizada e um importante instrumento de disseminação da informação são as BP (REZENDE; FELIPE, 2017), que, de acordo com o Manifesto da IFLA/Unesco, representa a “[...] porta de acesso local ao conhecimento [que] fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para a tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais [que as utilizam]” (IFLA/UNESCO, 1994,

p. 1).

A biblioteca tornou-se pública apenas em 1811, com a primeira BP do Brasil e da América Latina, intitulada “Biblioteca Central do Estado da Bahia”, e, segundo o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas da Bahia – SEBP, tinha como objetivo promover e garantir o acesso democrático e gratuito à informação e ao conhecimento. A BP se torna um instrumento importante no/para o exercício da cidadania, inclusive faz parte do plano de políticas públicas por meio da Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, que define em seu Art. 1º “[...] a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso ao público no Brasil” (BRASIL, 2018, p. 1).

É bem verdade, no entanto, que as ações das BP, de modo isolado, não são capazes de cessar os problemas enfrentados na democratização equitativa à informação/leitura para todos. Contudo, se associadas a um conjunto de ações que envolvem diferentes organizações (governamentais e civis), podem caracterizar-se como um viés político-pedagógico alternativo e significativo a esse cenário. Além desta perspectiva pontual de ações,

[...] é preciso um projeto político que garanta o acesso equitativo dos cidadãos à totalidade dos bens produzidos pela sociedade. E o acesso à educação, à cultura letrada, à leitura, para além de intervenções efêmeras, quando entendidas como direito, passam a constar como políticas permanentes. Ações de incentivo à leitura tornam-se projetos que visam proporcionar os meios necessários para desenvolver a formação de leitores, possibilitando a inclusão de todos, inclusive dos professores que deverão tornar-se leitores para poderem formar outros leitores (SANTOS; PINHO, 2019, 165).

A desigualdade de acesso se materializa quando observada a proporcionalidade¹² entre habitantes e BP no Brasil e na Bahia, respectivamente, que é de aproximadamente 34.960 e 33.856 habitantes para cada BP. Isso caracteriza uma porcentagem elevada e que traz à luz inquietações como: o quantitativo de BP é suficiente para atender a todos de modo equitativo? A distribuição das BP compreende todo território e seus respectivos moradores? Existe uma correlação entre essa proporcionalidade e a carência informacional no Brasil? Não é intenção responder tais indagações, mas apresentá-las como reflexões.

Nesse aspecto, uma política viável que possui a finalidade de melhorar a democratização ao acesso à leitura, ao livro e à cultura é o investimento em BC, mas não como uma política sorrateira e pontual e sim como uma política pública que, sobretudo, dialogue com os anseios sociais, atendendo

¹² Os dados extraídos do IBGE revelam uma estimativa para o ano de 2020 da população do Brasil e da Bahia de 211.755.692 e 14.930.634 pessoas, respectivamente (IBGE, 2012). Já o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - SNBP indicam que existam cerca de 6.057 e 441 Bibliotecas Públicas no Brasil e na Bahia, respectivamente. Baseado nisso, a proporcionalidade entre as grandezas do número de habitantes e BP no Brasil e na Bahia é de aproximadamente 34.960 e 33.856 habitantes, na devida ordem (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2020).

aos seus interesses. Por certo, isso exige uma integralidade com diversos setores, o que leva tempo, uma vez que “[...] é no compartilhamento das dificuldades enfrentadas que moradores de comunidades, carentes de políticas informacionais e do papel do Estado, se unem para potencializar recursos, cultura, talentos, criatividade e força política para o empoderamento comunitário” (REZENDE; FELIPE, 2017, p. 1821).

Castrillón (2011) chama a atenção para que esses projetos de natureza social, que visam ao acesso à leitura e à informação, não se tornem uma política assistencialista e efêmera. É necessário mostrar que a “[...] leitura não é um adorno nem um passatempo e que seu valor não está em oferecer apenas alguns momentos prazerosos, mas que a leitura é um instrumento extremamente útil na transformação e organização de suas vidas” (CASTRILLÓN, 2011, p. 64).

Nessa linha de raciocínio, destaca-se a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC), um movimento articulado criado em 2015 com o intuito de contribuir com a democratização do acesso ao livro, à leitura e à literatura por meio da ampliação das BC no âmbito do território brasileiro. A RNBC é composta por 11 Redes Locais e 115 BC espalhadas por nove Estados brasileiros. Dessas, 15 estão localizadas na Bahia.

Outro Instituto que merece destaque é o Instituto Ecofuturo¹³, uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1999, que se configura como articulador entre a sociedade civil, o poder público e o setor privado em prol da implantação de BC, por exemplo. O Instituto já possui 107 BC no Brasil, sendo 19 baianas. Esses são exemplos de políticas articuladas que visam contribuir para a transformação social por meio da promoção da leitura.

Como já exposto, existe uma carência de ordem informacional provocada pelo número insuficiente de BP que abranja a todos. Isso, por consequência, gera desarmonia, desequilíbrio de acesso à cultura letrada para todos, tornando algumas classes privilegiadas em relação a outras. Afinal, pode-se, por meio da leitura – como prática social –, construir a emancipação social do cidadão que se utiliza da interação com a leitura para construir significados e fundamentar suas ideias (com argumentação própria) sem requerer isso de terceiros (BRITO, 2010). Em outros termos, a prática da leitura se refere ao desenvolvimento da autonomia e da participação ativa na sociedade, visto que ambas caminham lado a lado (BRITO, 2010).

Posto isso, este trabalho se propõe a enxergar o conceito de leitura, aliado a uma prática social que além de direito é um importante instrumento sociopolítico para/na formação de “[...] cidadãos críticos, uma condição indispensável para o exercício da cidadania” (BRITO, 2010, p. 1), e por isso garantir acesso à leitura se torna não uma obrigação, mas uma condição necessária. Ao cunhar que

¹³ Disponível em: <http://www.ecofuturo.org.br/blog/projeto/bibliotecas-comunitarias/encontre-uma-bc/#ba>. Acesso em: 14 jan. 2021.

“[...] a implantação de bibliotecas comunitárias visa minimizar as diferenças culturais, raciais, econômicas e educacionais”, Jesus (2011, p. 2) enfatiza o poder que ela, a leitura, representa.

Isto é, a BC transfigura-se como uma ferramenta sociopolítica importante no processo democrático de inclusão social, por favorecer a aproximação da informação às classes minoritárias, servindo de instrumento para o desenvolvimento sociocultural dos membros das comunidades nas quais a BC está inserida. Tais aspectos inerentes à dinâmica da BC têm em seu escopo a tentativa de contribuir no/para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, utilizando, para tanto, a pluralização democrática e equitativa das informações. Com efeito, essa rede de ações, por certo, contribui como cenário informacional predominantemente excludente que ainda atinge uma grande parcela de brasileiros.

Metodologia

Por se tratar de um relato de experiência, neste texto todo teor se encontra na descrição de uma realidade local e da intenção de contribuir para melhorias voltadas ao atendimento da população local, no que se refere a ações práticas que possam resultar num pretenso aumento do número de leitores. Com esse interesse, visando conduzir ações de modo organizado e planejado, sob uma dimensão teórica que fundamente o desenvolvimento do projeto, alinhado na busca pelo alcance do objetivo deste relato, optou-se pela utilização da concepção da Pedagogia de Projetos, posto que essa linha pedagógica se configura como

[...] uma mudança de postura pedagógica fundamentada na concepção de que a aprendizagem ocorre a partir da resolução de situações didáticas significativas para o aluno, aproximando-o o máximo possível do seu contexto social através do desenvolvimento do senso crítico, da pesquisa e da resolução de problemas (FREITAS, 2003, p. 20).

No mesmo segmento, Moura e Barbosa (2017, p. 10) sublinham que toda a elaboração de projetos se constitui em

[...] atividade eminentemente instrutiva. Participar da execução de um projeto enriquece o acervo pessoal (e institucional) com novas experiências, conhecimentos e habilidades. Essa característica faz dos projetos uma alternativa importante a ser considerada em sistemas educacionais, seja como solução para vários problemas, seja como forma de introdução de inovações e aprendizagem organizacional.

Utiliza-se, por meio dessa escolha metodológica, o espaço sociocultural dos próprios envolvidos como plano de fundo no/do processo de problematização, reflexão e ação. Assim, cada participante assume uma responsabilidade/compromisso social enraizado com seu papel cidadão de refletir e construir um novo agir em sua própria comunidade.

Na condição de professor de um Instituto de Ensino Superior (IES), localizado no município de Valença, o primeiro autor deste relato, motivado pelo cenário supracitado e inspirado por uma iniciativa articulada do curso de Engenharia Civil em uma Feira Interdisciplinar promovida pela própria IES de criar um Ponto de Leitura no município, propôs para cinco discentes – moradores de quatro municípios distintos – do componente curricular Cálculo Diferencial e Integral I, que não conseguiram a nota mínima para progressão como requisito avaliativo extra no processo do exame final, buscar alternativas para potencializar a difusão do acesso à leitura, à informação e ao livro.

O aceite de todos possibilitou um agir integrado, participativo e interativo que se renova ao término de cada etapa do projeto. Posições que se distanciam da prática educacional engessada e que procuram refletir e se reinventar a todo momento, convergindo para a afirmativa de Freitas (2003, p. 19) ao pontuar que “[...] a participação de todos contribui para a interação com a realidade da comunidade e do mundo em que vivem, consolidando um espaço democrático que conduz à compreensão de um novo agir”.

É válido ressaltar que a escassez do acesso à cultura letrada não é uma problemática específica da cidade onde foi implantado o projeto, ao contrário, esse problema abrange um território amplo. Para que se tenha melhor dimensão dessa informação, cabe destacar os projetos implementados de BC no Brasil, especificamente na Bahia. Para isso, utiliza-se o Mapeamento na Pesquisa Educacional (BIEMBENGUT, 2008).

Na oportunidade, constatou-se, por meio do Instituto Pró-Livro e do banco de dados do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), que havia pouca oferta de BP em comparativo à demanda. Desse modo, identificou-se que apenas 14% das cidades ou bairros brasileiros possuem alguma BC, de acordo com a pesquisa do Instituto Pró-Livro de 2019.

Associado a esse cenário, informações da SNBP revelam que existem 298 BC (ou tipos semelhantes) no país, sendo, destas, 12 localizadas na Bahia. Para obtenção dos últimos resultados, foram utilizados os descritores “Estados” e “tipos de bibliotecas”, na plataforma virtual disponível no site da SNBP.

Assim, de maneira conjunta, professor e discentes começaram a discutir as possibilidades conforme os pilares da metodologia, segundo Moura e Barbosa (2017), isto é: (i) escopo: descrever a finalidade, problemática, resultados e desenvolvimento; (ii) plano de ação: detalhar o universo da operacionalização das ações para atingir o objetivo; e (iii) plano de controle e avaliação: pontuar os mecanismos analíticos que culminam nos resultados do projeto.

Com isso, criou-se um grupo no aplicativo *WhatsApp* para engendrar a discussão da elaboração das etapas do projeto. Após o alinhamento de todos, as etapas foram delineadas da seguinte maneira:

Quadro I – Planejamento das ações do projeto

Etapas	Ações desenvolvidas	Responsáveis
Escopo	Definir a temática envolvida que tenha ligação com problemas sociais locais. Surgiu ao longo das discussões a construção de uma Estante Literária constituída por caixotes de madeira recicláveis.	Todos
	Conseguir caixotes com o comércio local.	Todos
	Listar e adquirir os materiais necessários para a implantação do projeto.	
	Realizar uma campanha para aquisição de livros, tendo como foco livros destinados ao público infanto-juvenil.	Todos
	Solicitar apoio financeiro junto à comunidade acadêmica, civil e comércio para aquisição dos materiais necessários.	Professor
	Elaborar um <i>layout</i> do projeto para divulgação.	Estudantes
	Analisar os possíveis locais para implantação do projeto.	Estudantes
	Elaborar um esboço da Estante Literária.	
Plano de ação	Levantar dados pertinentes sobre a temática.	Estudantes
	Filtrar e organizar os dados e elaborar novos direcionamentos.	Estudantes
	Construir as Estantes Literárias.	Estudantes
	Implantar as Estantes nos locais previstos.	
Plano de controle e avaliação	Verificar se o acervo das Estantes Literárias está alinhado ao gosto do público, sendo implantadas por meio de entrevistas.	Todos
	Verificar se a Estante Literária atendeu ao objetivo do projeto por meio de entrevistas.	Todos

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Destaca-se, ainda, que a Pedagogia de Projetos vai ao encontro da perspectiva tradicional de ensino, uma vez que contrapõe a passividade dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem. Isto é, o projeto valoriza a participação mútua dos envolvidos, sejam eles estudantes ou professores, com o intuito de torná-los responsáveis por todo o processo construído, consistindo em uma conduta pedagógica que pode auxiliar os envolvidos no exercício da cidadania com base na criticidade, na reflexão e na ação.

Aliado a isso, a prática docente embasada nessa concepção visa à construção de saberes significativos, posto que há uma conexão de questões sociais presentes no cotidiano dos envolvidos que demandam reflexões, principalmente de ações concretas, que despertem a “[...] necessidade dos alunos de resolver problemas da sua realidade, para uma prática social que pode ser adaptada ao contexto escolar” (FREITAS, 2003, p. 22). Com o planejamento definido, no próximo tópico, discorre-se sobre a realização dessas etapas.

Discussão dos dados

As ações que caracterizam a primeira etapa foram marcadas pela superação em vencer a falta de condições financeiras para aquisição dos materiais e encontrar livros alinhados aos interesses do projeto. Assim, foram realizadas campanhas para aquisição na instituição, em algumas salas de aula e,

principalmente, nas redes sociais, o que possibilitou ampla divulgação do projeto e arrecadação de volumes literários que perpassam os limites territoriais da região do Baixo Sul. Além disso, houve adesão importante dos conterrâneos dos discentes, que souberam do projeto pela divulgação nas redes sociais, o que representou grande parte da aquisição dos acervos literários.

Para conseguir apoio financeiro para o projeto, houve uma aproximação do comércio nos diferentes municípios em que os discentes residiam; a propósito, na oportunidade, foram solicitados os caixotes de madeira para a construção das estantes. Agregam-se as doações que a comunidade civil realizou nas cidades envolvidas, seja pelo professor, seja pelos discentes. Porém, o montante arrecadado foi insuficiente para adquirir todos os materiais, sendo necessário um valor complementar. Para isso, promoveu-se um rateio igualitário entre todos os envolvidos no projeto.

De modo paralelo, por meio do grupo criado para o diálogo das ações do projeto no *WhatsApp*, foi discutido e escolhido o modelo da estante, após uma pesquisa na plataforma do *Google*. Em seguida, elaborou-se o *layout* do projeto, a fim de divulgar suas finalidades e angariar apoio para implementação e fortalecimento do mesmo:

Figura 1 – *Layout* do Projeto da Estante Literária



Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Em posse dos materiais, definiu-se a quantidade das estantes: duas. A partir disso, contactou-se um carpinteiro a fim de dar suporte na construção das estantes e definir uma data para a realização das mesmas. Com esses alinhamentos, deu-se início à construção das estantes conforme a ilustração a seguir:

Figura 2 – Construção das Estantes Literárias



Fonte: Acervo do projeto (2021).

Com as estantes construídas, refletiu-se sobre quais locais elas poderiam ser implantadas, visando atender um maior número de usuários da faixa etária infanto-juvenil. Assim, diante das possibilidades encontradas (cobertas), ganhou a dianteira uma igreja localizada no centro do município, pois, estrategicamente: (i) existe um fluxo contínuo do público infanto-juvenil; (ii) público esse que pertence a diferentes localidades do município; e, por fim (iii) por ser coberto e haver um zelo pelo pároco na manutenção das obras literárias.

Desse modo, houve um contato via *WhatsApp* com o intuito de apresentar o escopo do projeto, bem como os anseios que deram forma a sua intenção. Com o aceite do pároco, ocorreu a implantação, conforme a ilustração abaixo:

Figura 3 – Implantação da Estante Literária em uma igreja na cidade de Taperoá-BA



Fonte: Acervo do projeto (2021).

Essa posição estratégica dialoga com o pensamento de Santos e Pinho (2019, p. 175), ao pontuarem que o perfil dos usuários da BC “[...] são possíveis leitores que buscam, voluntariamente, fontes de leitura livres”, sem se pautarem em exigências específicas, buscando, na verdade, gêneros literários que trazem gozo, prazer, satisfação.

Outra estratégia adotada, agora referente ao recolhimento dos livros doados, seguiu dois vieses: buscar na residência do doador ou sugerir que o doador entregasse sua contribuição livresca em um local previamente acordado.

Emana desse âmbito a clara intenção da implantação das BC em contribuir para a transformação social da comunidade em que estão implantadas, partindo do “[...] movimento colaborativo de partilha e convivência entre seres plurais, de rica competência cultural e humana para o combate à exclusão informacional” (REZENDE; FELIPE, 2017, p. 1821). Para isso, é necessário que os mecanismos que compõem esse sistema funcionem com a mesma intenção, como sugere a ilustração a seguir:

Figura 4 – Sistema em prol do desenvolvimento humano a partir da prática da leitura



Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Percebe-se, diante do exposto, que “[...] desenvolvimento econômico, político, social, cultural caminham lado a lado. Na negligência de um, as consequências são refletidas nos outros aspectos” (SANTOS; PINHO, 2019, p. 157). Por isso, o esquema acima elaborado torna-se representante da necessidade de ampliação de políticas públicas que contribuam para a implantação dos diversos espaços de acesso à leitura. Isso implicaria o aumento da disponibilização de informações à população leitora, especialmente no interior do estado da Bahia de onde parte o empenho da descrição deste projeto.

Além disso, foram definidos dois outros locais, embora houvesse apenas uma estante concluída. No primeiro espaço, não havia nenhuma Unidade Escolar, espaço de promoção à leitura ou

projeto/associação/entidade que praticasse a Educação formal ou Popular (desigualdade no direito ao acesso informacional). A segunda comunidade era marcada pela desigualdade socioeconômica e outras fragilidades de ordem social, razões pelas quais justifica-se a intenção de, por meio da leitura, ressignificar esses espaços sociais, visto que a inserção do livro nesses ambientes configura-se “[...] como objeto raro, pouco familiar, investido de poder, que está separado por fronteiras visíveis ou invisíveis” (TOIGO; KOHLRAUSCH, 2020, p. 224).

Para ampliar a divulgação do projeto na comunidade taperoense, buscou-se um diálogo com a Secretaria Municipal de Educação (Seduc) de Taperoá-BA. Após a apresentação do escopo do projeto, a Secretária de Educação à época, a senhora Sidália Aleluia C. Dantas, sinalizou possíveis estreitamentos com o projeto da Estante Literária para finalidades pedagógicas, assim como convidou os membros do projeto para uma exposição na “I Feira Literária de Taperoá-BA - FLITA”.

O evento da FLITA reuniu elementos culturais, artísticos e de cunho educacional visando oferecer aos estudantes das Escolas locais e da região do Baixo Sul, além da comunidade civil, a apropriação de maior conhecimento a respeito da literatura global e local. A seguir ilustra-se a aproximação do público com os projetos da *Gelaterácia* e da Estante Literária.

Figura 5 – Exposição da Estante Literária (ao lado da *Gelaterácia*) na I FLITA



Fonte: Acervo do projeto (2021).

Essa ação fortalece a aproximação com a comunidade local. Percebeu-se, na ocasião, que as ações dinâmicas para a promoção da leitura (como: proclamação de poesias, rodas de leituras, apresentação teatral de contos, concurso literário, etc.), poderiam ser integradas ao Projeto da Estante Literária, de modo itinerante, a fim de potencializar seu objetivo.

Figura 6 – Roda de diálogo literário na I FLITA



Fonte: Acervo do projeto (2021).

Além disso, a Seduc divulgou o escopo do projeto nos grupos de *WhatsApp* vinculados à pasta, que reúnem todos os profissionais de educação do município. Nesse veio, surgiu a intenção de utilizar as estantes para realizar uma caravana do conhecimento durante todo ano letivo, intenção interrompida mediante os efeitos de reclusão social devido ao momento pandêmico.

Destaca-se, no mesmo sentido, que a realização das entrevistas foi interrompida, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), obedecendo ao isolamento social. Uma vez que o público que tem acesso à Estante Literária também se encontra, momentaneamente, recluso essa etapa será realizada posteriormente. O uso de tecnologias e aplicativos para esse fim foi dificultado pelo difícil acesso da comunidade a tais recursos.

Considerações finais

O presente trabalho foi pensado sob os moldes da metodologia de projetos, o que, sobremaneira, possibilitou a interação dos envolvidos no processo em todo no desenvolvimento das ações propostas em torno de uma problemática local: acesso ao livro e à cultura leitora de modo amplo e flexível. Esse problema, que não é estritamente local, é resultado de muitos fatores, dentre os quais sobressai a ineficiência de políticas públicas que projetem a democratização equitativa, direito do cidadão, ao acesso à leitura e à informação.

As diferentes facetas da desigualdade social que estão presentes no Brasil se agravam, na medida em que a possibilidade de acesso à leitura não está ao alcance de todos. O exercício de uma

construção para a cidadania perpassa pelo direito ao acesso à leitura e à informação. Assim, é imprescindível para que um país se torne mais justo e democrático, ações que contribuam para garantir o acesso à leitura para todos.

No entanto, por diversas variáveis apontadas no texto, não há, ainda, acesso democrático e equitativo ao livro. Adotar políticas públicas e de cunho social, nascedouro da mobilização civil, em projetos que visem promover uma maior disponibilização do livro, a fim de torná-lo um instrumento político-pedagógico no enfrentamento às diferentes práticas de injustiças sociais, se tornam igualmente necessárias.

Realça-se que o projeto contribuiu para amenizar a escassez do acesso à leitura, à informação e ao livro, oferecendo um leque de opções literárias que teve como foco as obras literárias destinadas ao público infanto-juvenil. Esse instrumento político-social se alia ao poder público no enfrentamento à desigualdade do acesso equitativo à informação, transformando-se em vetor de propagação para a democratização do hábito à cultura letrada. A leitura é um direito humano que, por vezes, é sonogado por uma coletânea de fatores, mas sobretudo revela-se como um mecanismo essencial na/para a conscientização, a criatividade, a imaginação e o empoderamento dos sujeitos diante da sociedade que tanto exige isso.

O projeto possui aspectos que promovem o desenvolvimento da emancipação cidadã pela cultura letrada. Além disso, destaca-se a perspectiva socioambiental cunhada pela reciclagem dos caixotes na construção das estantes. Isso pode despertar uma discussão de problemáticas ambientais tão importantes para a sociedade atual, que degrada os recursos naturais limitados do meio ambiente sem ter consciência, na maioria das vezes, com as futuras gerações. Esse aspecto é uma válvula que pode desencadear a reflexão e o favorecimento da inter-relação com seu meio social.

Nesse sentido, é imprescindível que haja integração entre a participação político-social com os diversos órgãos públicos/privados de modo consciente. Para isso, se faz necessário um leque de ações integradas dos diferentes setores da sociedade, com participação cidadã consciente/crítica/reflexiva diante do meio social, mediante aspectos estéticos, políticos, históricos, filosóficos, sociais, econômicos e culturais. Nessa perspectiva, a Estante Literária assume-se como um vetor transformador da sociedade.

Tais efeitos podem contribuir para o desenvolvimento sociocultural da comunidade na qual a BC está inserida, ampliando, portanto, a inclusão sociocultural e educacional. Sob esses aspectos, a BC assume um viés importante no processo de amenizar as injustiças provocadas pela escassez informacional, em locais de acesso restrito/limitado, de modo particular, cuja carência envolve disposições econômicas, ação que melhora o acesso equitativo da informação para todos.

Referências

BAHIA. Prefeitura Municipal de Taperoá. **Lei nº 344, de 16 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação de Taperoá-BA para o decênio 2015-2025 e dá outras providências. Taperoá: Câmara Municipal, 2015. Disponível em:

<<http://taperoa.ba.gov.br/contasPublicas/download/783145/771/2015/6/publicacoes/1F754F0D-F815-C009-5615A6E5C8C24CA2.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BIEMBENGUT, M. S. **Mapeamento na pesquisa educacional**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2.148/2020**. Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8099648&ts=1595892710516&disposition=inline>>. Acesso em: 7 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.865/2004**. Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público [...]. Brasília, DF, 30 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.865.htm>. Acesso em: 5 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014**. Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 25 de junho de 2014. Disponível em: <<http://www.proec.ufpr.br/download/extensao/2016/creditacao/PNE%202014-2024.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.696/2018**. Política Nacional de Leitura e Escrita. Brasília, DF, 12 de julho de 2018. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13696-12-julho-2018-786975-publicacaooriginal-156036-pl.html>>. Acesso em: 9 jan. 2022.

BRITO, D. S. de. A importância da leitura na formação social do indivíduo. **Revela – Periódico de Divulgação Científica da FALS**, [S.l.], n. 8, p. 1-35, 2010. Disponível em: <<http://www.fpg.edu.br/index.php/a-instituicao/revista-revela>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

CASTRILLÓN, S. **O direito de ler e de escrever**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

EÇA, J. L. M. de; DE PAULA, M. C. Gelaterácia: uma experiência de democratização da leitura a partir de bibliotecas comunitárias. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 1-17, 2021. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1759/pdf>>. Acesso em: 24 set. 2021.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. 23. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 1989.

FREITAS, K. S. Pedagogia de projetos. **GERIR**, Salvador, v. 9, n. 29, p. 17-37, 2003.

HORTA, N. M.; ROCHA, F. S. F. Bibliotecas comunitárias: organização sociocultural e instrumento para a democratização do acesso à informação e para a valorização cultural. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação [Online]**, v. 13, p. 1781, 2017. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/891/908>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios – PNAD**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

Olhar de professor, Ponta Grossa, v. 25, p. 1-22, e-17707.028, 2022. Disponível em <<https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>>

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de alfabetismo funcional (inaf)**. São Paulo: Ação Educativa; IPM, 2018. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2020.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. 5. ed. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

JESUS, M. S. de. Implantação de bibliotecas comunitárias nos municípios do estado da Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO, 7., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos** [...] Salvador: CINFORM, 2007. Disponível em: <<https://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/08/implantac3a7c3a3o-da-bibliotecas-comuntc3a1rias-no-estado-da-bahia.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2020.

MACHADO, E. C. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07012009-172507/pt-br.php>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

MACHADO, E. C. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação – RDBCI**, Campinas, v. 7, p. 6, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1976/2097>>. Acesso em: 4 dez. 2020.

MANIFESTO ifla/unesco sobre bibliotecas públicas: 1994. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

MOURA, D. G.; BARBOSA, E. F. **Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Trabalhando_com_projetos.html?id=W9Q5DwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=twopage&q&f=false>. Acesso em: 26 fev. 2020.

REZENDE, A.; FELIPE, C. B. M. Reflexões sobre a acessibilidade social da aprendizagem: o caso do projeto Geladeira Cultural em comunidades de Recife e Olinda - PE. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação [Online]**, v. 13, p. 1820-1835, 2017. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/896/910>>. Acesso em: 29 dez. 2020.

SANTOS, E. M. dos; PINHO, M. J. de. Geladeiroteca: uma ação de leitores pela democratização da leitura. **Revista ENTRELETRAS**, Araguaína, v. 10, n. 2, p. 154-186, 2019. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/17922>>. Acesso em: 7 jan. 2021.

TOIGO, R.; KOHLRAUSCH, R. A leitura literária como direito humano: experiências de leitura compartilhada em Bibliotecas Comunitárias do Cirandar. **Revista Graphos**, v. 22, n.2, p. 213-227, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/graphos/article/view/52286/31722>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

Recebido em: 28 de março de 2021.

Versão corrigida recebida em: 23 de fevereiro de 2022.

Aceito em: 12 de março de 2022.

Publicado online em: 21 de maio de 2022.

